

RECURSO ESPECIAL Nº 1.448.245 - MG (2014/0082549-6)

RELATOR : **MINISTRO ANTONIO CARLOS FERREIRA**
RECORRENTE : BANCO DO BRASIL SA
ADVOGADOS : FERNANDO ANTÔNIO CALDEIRA DE RESENDE - MG074361
JORGE EDUARDO FURTADO KNOP E OUTRO(S) - MG072535
RECORRIDO : INDÚSTRIA DE MÓVEIS SABIÁ LTDA
ADVOGADO : FRANCISCO XAVIER AMARAL E OUTRO(S) - MG028819

DECISÃO

Trata-se de recurso especial interposto contra acórdão assim ementado (e-STJ fl. 249):

EMENTA: APELAÇÃO CÍVEL. AÇÃO DE REPETIÇÃO DE INDÉBITO. PRESCRIÇÃO. ART. 205 DO CCB. – Sob a vigência do Novo Código Civil é de 10 (dez) anos o prazo prescricional (art. 205 do CCB) para a pretensão de ressarcimento do pagamento indevido ocorrido em decorrência de cláusula contratual que sofrer modificação, descartada a incidência do prazo de 03 (três) anos, previsto para os casos de ressarcimento de enriquecimento sem causa (206, §3º, IV, CCB). – A pretensão de ressarcimento de enriquecimento sem causa não é cabível quando a lei confere ao lesado outros meios para se ressarcir do prejuízo sofrido (art. 886 do CCB), como ocorre nos casos em que o pedido de repetição de indébito funda-se na alegação de pagamento indevido no âmbito de contrato de financiamento bancário e há expressa previsão legal de reparação (art. 876 do CCB).

Os embargos declaratórios foram rejeitados (e-STJ fls. 263/265).

O recurso especial (e-STJ fls. 268/273), fundamentado no art. 105, III, alínea "a", da CF, aponta, inicialmente, violação do art. 535 do CPC/1973.

Sustenta que o prazo prescricional seria trienal, pois incide no caso o art. 206, § 3º, III, do CC/2002. Ademais, afirma serem aplicáveis as normas do direito cambiário que também fixam o mesmo prazo.

Foram apresentadas contrarrazões (e-STJ fls. 279/288).

É o relatório.

Decido.

O recurso não merece provimento.

Trata-se de ação de cobrança fundada em anterior título judicial declaratório que fixou a impossibilidade de cobrança de juros remuneratórios superiores a 12% ao ano.

A jurisprudência desta Corte, tratando de contratos bancários e pretensão de repetição de indébito, firmou o entendimento de que incide o prazo decenal, em regra.

A propósito, os seguintes julgados:

AGRAVO INTERNO. RECURSO ESPECIAL. CONTRATO BANCÁRIO. NULIDADE DE EMPRÉSTIMO CONSIGNADO EM BENEFÍCIO PREVIDENCIÁRIO. REPETIÇÃO DE INDÉBITO. INDENIZAÇÃO POR DANOS MORAIS. PRESCRIÇÃO DECENAL.

1. Em se tratando de responsabilidade contratual, como sucede com os contratos bancários, salvo o caso de algum contrato específico em que haja previsão legal própria, especial, o prazo de prescrição aplicável à pretensão de revisão e de repetição de

indébito será de dez anos, previsto no artigo 205 do Código Civil. Precedentes.

2. Agravo interno a que se nega provimento.

(AgInt no REsp 1.769.662/PR, Rel. Ministra MARIA ISABEL GALLOTTI, QUARTA TURMA, julgado em 25/6/2019, DJe 1º/7/2019 – grifei.)

EMBARGOS DE DIVERGÊNCIA EM RECURSO ESPECIAL. RESPONSABILIDADE CIVIL. PRESCRIÇÃO DA PRETENSÃO. INADIMPLEMENTO CONTRATUAL. PRAZO DECENAL. INTERPRETAÇÃO SISTEMÁTICA. REGIMES JURÍDICOS DISTINTOS. UNIFICAÇÃO. IMPOSSIBILIDADE. ISONOMIA. OFENSA. AUSÊNCIA.

1. Ação ajuizada em 14/08/2007. Embargos de divergência em recurso especial opostos em 24/08/2017 e atribuído a este gabinete em 13/10/2017.

2. O propósito recursal consiste em determinar qual o prazo de prescrição aplicável às hipóteses de pretensão fundamentadas em inadimplemento contratual, especificamente, se nessas hipóteses o período é trienal (art. 206, §3, V, do CC/2002) ou decenal (art. 205 do CC/2002).

3. Quanto à alegada divergência sobre o art. 200 do CC/2002, aplica-se a Súmula 168/STJ ("Não cabem embargos de divergência quando a jurisprudência do Tribunal se firmou no mesmo sentido do acórdão embargado").

4. O instituto da prescrição tem por finalidade conferir certeza às relações jurídicas, na busca de estabilidade, porquanto não seria possível suportar uma perpétua situação de insegurança.

5. Nas controvérsias relacionadas à responsabilidade contratual, aplica-se a regra geral (art. 205 CC/02) que prevê dez anos de prazo prescricional e, quando se tratar de responsabilidade extracontratual, aplica-se o disposto no art. 206, § 3º, V, do CC/02, com prazo de três anos.

6. Para o efeito da incidência do prazo prescricional, o termo "reparação civil" não abrange a composição da toda e qualquer consequência negativa, patrimonial ou extrapatrimonial, do descumprimento de um dever jurídico, mas, de modo geral, designa indenização por perdas e danos, estando associada às hipóteses de responsabilidade civil, ou seja, tem por antecedente o ato ilícito.

7. Por observância à lógica e à coerência, o mesmo prazo prescricional de dez anos deve ser aplicado a todas as pretensões do credor nas hipóteses de inadimplemento contratual, incluindo o da reparação de perdas e danos por ele causados.

8. Há muitas diferenças de ordem fática, de bens jurídicos protegidos e regimes jurídicos aplicáveis entre responsabilidade contratual e extracontratual que largamente justificam o tratamento distinto atribuído pelo legislador pátrio, sem qualquer ofensa ao princípio da isonomia.

9. Embargos de divergência parcialmente conhecidos e, nessa parte, não providos.

(EResp 1.280.825/RJ, Rel. Ministra NANCY ANDRIGHI, SEGUNDA SEÇÃO, julgado em 27/6/2018, DJe 2/8/2018 – grifei.)

CIVIL E PROCESSUAL CIVIL. EMBARGOS DE DIVERGÊNCIA NO RECURSO ESPECIAL. DISSENSO CARACTERIZADO. PRAZO PRESCRICIONAL INCIDENTE SOBRE A PRETENSÃO DECORRENTE DA RESPONSABILIDADE CIVIL CONTRATUAL. INAPLICABILIDADE DO ART. 206, § 3º, V, DO CÓDIGO CIVIL. SUBSUNÇÃO À REGRA GERAL DO ART. 205, DO CÓDIGO CIVIL, SALVO EXISTÊNCIA DE PREVISÃO EXPRESSA DE PRAZO DIFERENCIADO. CASO CONCRETO QUE SE SUJEITA AO DISPOSTO NO ART. 205 DO DIPLOMA CIVIL. EMBARGOS DE DIVERGÊNCIA PROVIDOS.

I - Segundo a jurisprudência deste Superior Tribunal de Justiça, os embargos de divergência tem como finalidade precípua a uniformização de teses jurídicas divergentes, o que, *in casu*, consiste em definir o prazo prescricional incidente sobre os casos de responsabilidade civil contratual.

II - A prescrição, enquanto corolário da segurança jurídica, constitui, de certo modo, regra restritiva de direitos, não podendo assim comportar interpretação ampliativa das balizas fixadas pelo legislador.

III - A unidade lógica do Código Civil permite extrair que a expressão "reparação civil" empregada pelo seu art. 206, § 3º, V, refere-se unicamente à responsabilidade civil aquiliana, de modo a não atingir o presente caso, fundado na responsabilidade civil contratual.

IV - Corrobora com tal conclusão a bipartição existente entre a responsabilidade civil contratual e extracontratual, advinda da distinção ontológica, estrutural e funcional entre ambas, que obsta o tratamento isonômico.

V - O caráter secundário assumido pelas perdas e danos advindas do inadimplemento contratual, impõe seguir a sorte do principal (obrigação anteriormente assumida). Dessa forma, enquanto não prescrita a pretensão central alusiva à execução da obrigação contratual, sujeita ao prazo de 10 anos (caso não exista previsão de prazo diferenciado), não pode estar fulminado pela prescrição o provimento acessório relativo à responsabilidade civil atrelada ao descumprimento do pactuado.

VI - Versando o presente caso sobre responsabilidade civil decorrente de possível descumprimento de contrato de compra e venda e prestação de serviço entre empresas, está sujeito à prescrição decenal (art. 205, do Código Civil).

Embargos de divergência providos.

(EREsp 1.281.594/SP, Rel. Ministro BENEDITO GONÇALVES, Rel. p/ Acórdão Ministro FELIX FISCHER, CORTE ESPECIAL, julgado em 15/5/2019, DJe 23/5/2019 – grifei.)

No caso, aplica-se a regra geral, tratando-se de pretensão de repetição de valores de contrato bancário.

Não incide o prazo do art. 206, § 3º, III, do CC/2002 porque a pretensão não é, propriamente, de receber juros devidos. Na verdade, a autora busca reaver valores pagos a mais para o banco. A redação do artigo é a seguinte:

Art. 206. Prescreve:

3º Em três anos:

III - a pretensão para haver juros, dividendos ou quaisquer prestações acessórias, pagáveis, em períodos não maiores de um ano, com capitalização ou sem ela;

Também não se aplica o art. 70 da LUG, pois a pretensão não se resume a crédito que teria direito decorrente de cédulas. A autora é devedora desses títulos, não credora.

Ante o exposto, NEGÓ PROVIMENTO ao recurso especial.

Publique-se e intimem-se.

Brasília-DF, 27 de novembro de 2019.

Ministro ANTONIO CARLOS FERREIRA

Relator